

Literatura, gênero e cânone literário nos séculos XIX e XX: a formação de um movimento político e literário transnacional

Literature, genre, and literary canon in the 19th and 20th centuries: the formation of a transnational political and literary movement

Laila Thaís Correa e Silva¹

Resumo: O mapeamento de trajetórias de intelectuais politicamente ativas nos séculos XIX e XX, tais como Juana Paula Manso de Noronha, Josephina Álvares de Azevedo, Narciza Amália, Ignez Sabino, Presciliana Duarte de Almeida, Júlia Lopes de Almeida e Leolinda Daltro, aponta para a importância da imprensa feminista como um espaço de elaboração, difusão, diálogo e disputas, travadas no âmbito da esfera pública, em prol da conquista de direitos para as mulheres no continente americano e fora dele. Desse modo, por meio da produção literária escrita por mulheres, e sua difusão, publicada em impressos no Brasil, bem como suas relações com mulheres fora do Brasil e fora da América do Sul, pretende-se apresentar a historicidade de um movimento político, cultural e social de mulheres em busca da conquista de direitos políticos e exercício de uma cidadania plena e ativa, que se traduziu pela reivindicação do sufrágio feminino e de condições de educação e trabalho igualitárias, reverberando em questionamentos ao cânone literário nacional.

Palavras-chave: Imprensa Feminista. Literatura de autoria feminina. Gênero. Voto feminino. República.

Abstract: Mapping the trajectories of politically active intellectuals in the 19th and 20th centuries, such as Juana Paula Manso de Noronha, Josephina Álvares de Azevedo, Narciza Amália, Ignez Sabino, Presciliana Duarte de Almeida, Júlia Lopes de Almeida, and Leolinda Daltro, highlights the importance of the feminist press as a space for elaboration, dissemination, dialogue, and disputes waged within the public sphere, in pursuit of women's rights in the Americas and beyond. Thus, through the literary production written by women and its dissemination, published in print in Brazil, as well as its relationships with women outside Brazil and South America, this study aims to present the historicity of a political, cultural, and social movement of women seeking political rights and the exercise of full and active citizenship, which translated into the demand for women's suffrage and equal conditions for education and work, reverberating in questions about the national literary canon.

Keywords: Feminist press. Literature by female authors. Gender. Women's vote. Republic.

1. Pós-doutoranda em História Social, FFLCH/USP. Pesquisadora residente BBM/USP. E-mail: lailacorreaesilva@gmail.com. 

Submissão: 05 out. 2025 ↔ Aceite: 28 fev. 2026



Apresentação

A historiadora Michelle Perrot inicia o debate sobre “as palavras das mulheres” na obra **Mulheres públicas** com a seguinte síntese:

Ainda mais do que o espaço material, é a palavra e a sua circulação que modelam a esfera pública. Na hora da Revolução, Olympe de Gouges não se engana quando declara: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela também deve ter o direito de subir à tribuna!”. A ideia de que a natureza das mulheres as destine ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas. Restritas ao espaço privado, no melhor dos casos ao espaço dos salões mundanos, as mulheres permanecem durante muito tempo excluídas da palavra política. A opinião revela-se, no entanto, cada vez mais decisiva na constituição e no funcionamento da democracia. Sem o poder, como as mulheres ganharam influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens? Primeiro pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa. Ainda que permaneçam restritas a tarefas subalternas, elas se inseriram em todas as formas do escrito. Conseguiram elas passar do oculto, que lhes é permitido, à visibilidade, que lhes é contestada? (Perrot, 1998, p. 59).

Neste artigo buscamos traçar os contatos e alianças do movimento feminista e sufragista internacional, notadamente com feministas europeias, sobretudo francesas, além de considerar aspectos compartilhados entre escritoras feministas do Brasil e da América Latina, de modo mais amplo, evidenciando trajetórias intelectuais e as formas pelas quais essas escritoras desafiaram as restrições da participação feminina nas letras nacionais. Destacaram-se Juana Paula Manso de Noronha, Josephina Álvares de Azevedo, Narciza Amália, Ignez Sabino, Presciliana Duarte de Almeida, Júlia Lopes de Almeida e Leolinda Daltro e suas contribuições teóricas e culturais para a formação de um movimento com caráter político, precursor das práticas que observamos nos séculos XIX e XX, com os denominados “feminismos”, e sua relação intrínseca com a literatura e a contestação ao cânone literário, que implica, aqui, numa contestação ao lugar social, cultural e político ocupado pelas mulheres que se lançaram nas atividades da escrita em periódicos. Como afirma Zahidé Muzart:

O estudo do cânone está ligado, pois, a várias coisas, principalmente à dominante da época: dominantes ideológicas, estilo de época, gênero dominante, geografia, sexo, raça, classe social e outros. Aquilo que é canonizado em certas épocas, é esquecido noutras; o que foi esquecido numa, é resgatado em outra (Muzart, 1995, p. 86).



A discussão acerca do cânone literário e da produção literária de mulheres tem se aprofundado nos últimos anos, e, atualmente, estudos e reedições de obras escritas por mulheres nos séculos XIX e XX têm adquirido maior relevância. Ana Faedrich sintetiza os significados desses debates:

Ao estudar a produção literária de mulheres do século XIX, deparamo-nos com escritoras injustamente apagadas da história literária, muitas das quais – além de produzirem obras cujo valor é essencialmente estético e literário – também utilizaram a escrita com propósito de lutar para conceder às mulheres o direito ao voto, a maior reconhecimento e aceitação no mercado de trabalho, à liberdade para escrever sem pseudônimos e publicar (Faedrich, 2022, p. 21).

Reestabelecer trajetórias, obras e lutas de mulheres ao longo da história reascende trilhas para entendermos os problemas que permeiam o cânone literário no Brasil e alhures. Existiu, notoriamente, uma rede de mulheres intelectuais em Lima, mobilizadas, via imprensa e literatura, em torno da questão da educação feminina e sua importância para a fundação de uma república liberal no contexto das independências dos países latino-americanos. Referimo-nos às “veladas literárias”, com escopo internacional, segundo Ronald Briggs, estruturadas em uma rede de suporte e apoio mútuo entre escritoras que vivenciaram experiências similares na tentativa de participação política e intelectual (Briggs, 2017, p. 3-4). Ademais, a imprensa feminista da América Latina esteve mobilizada em pautas políticas, contra as desigualdades entre homens e mulheres, considerando as diretrizes enunciadas nos editoriais de jornais argentinos como **La voz de la mujer** (1896-1897). Outros periódicos da primeira e segunda metade do século XIX, tais como **La Camelia** (1852), **Álbum de Señoritas** (1854), **La Aljaba** (1830-1831) e **La Flor del Aire** (1864), no entanto, apresentaram objetivos diversos. O histórico de publicações fundadas e geridas por mulheres na Argentina, como a supracitada **La Aljaba** e **La Argentina**, ambas da década de 1830, eram destinadas ao público feminino e estavam circunscritas ao âmbito doméstico da família e a política somente de modo indireto, sem advogar a participação ativa das mulheres na vida social e política.

No Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX, com destaque para a pioneira publicação do **Jornal das Senhoras** (Rio de Janeiro, 1852), pela argentina exilada política Juana Paula Manso de Noronha, a imprensa fundada por mulheres teve maior participação na esfera pública de debates e disputas políticas nas últimas décadas do século XIX. Como afirma Perrot, “fazer um jornal tornou-se um modo de expressão em quase toda a Europa” (Perrot, 1998, p. 82), o que também ocorreu em outros continentes e com diálogos transnacionais muito fortes e necessários.



Trata-se de pensar a articulação política das mulheres intelectuais em suas teias mais difusas e suas conexões e amplitudes na sociedade, refletindo sobre como uma ideia comum inicial, compartilhada por várias mulheres em vários lugares, a saber, a iniquidade entre mulheres e homens, gerou e reverberou movimentos políticos e culturais, alimentando sociedades em plena formação política e identitária. De modo geral, a historiografia, seja a história cultural, a história social, a história política e intelectual, bem como a história do livro e dos impressos, a cultura letrada, a sociedade midiática e a opinião pública, suscitou análises e estudos consolidados sobre a circulação de ideias, tipografias, impressão de livros e periódicos, panfletos, trajetórias de editores e mercado editorial em âmbito nacional e transnacional (Abreu, 2016). Ao longo da segunda metade do século XIX, aparentemente, a imprensa feminista brasileira desenvolveu-se muito atrelada ao que estava sendo produzido nos Estados Unidos e na Europa, destacando-se de modo transnacional com figuras emblemáticas das letras nacionais como Narciza Amália, Josephina Álvares de Azevedo e Júlia Lopes de Almeida. Em nosso mapeamento preliminar, aqui citado, identificamos o reconhecimento europeu, estadunidense e latino-americano dessas três escritoras. Esse reconhecimento e os embates entre produção literária de autoria feminina e crítica literária produzida por críticos (homens) nos conduzirão para reflexões sobre o apagamento de nomes femininos do cânone nacional do século XIX e início do XX.

Narcisa (ou Narciza) Amália de Campos (São João da Barra, 1852, Rio de Janeiro, 1924), mais conhecida como Narcisa Amália, residiu com a família em Resende. Seus pais eram professores e exerceram influência em sua formação como tradutora e escritora. A jovem poeta, com apenas vinte anos, publicou um livro com quarenta e quatro poemas, intitulado **Nebulosas**. Um fato de grande reconhecimento para a época, pois a obra foi inteiramente custeada pela editora Garnier, com ampla divulgação e uma estreia repleta de críticas positivas ao trabalho intelectual da poeta, que podem ser mapeadas pela imprensa de grande circulação brasileira (Costa, 2024), revelando elementos sobre a recepção da produção intelectual de autoria feminina no século XIX brasileiro.

De modo geral, segundo críticos literários e escritores da época, a poeta seria uma exceção entre as suas companheiras de letras, como argumentou Machado de Assis, em texto de 1872 na importante **Semana Ilustrada** (Rio de Janeiro):

Não sem receio abro um livro assinado por uma senhora. É certo que uma senhora pode poetar e filosofar, e muitas há que neste particular valem homens e dos melhores. Mas não são vulgares as que trazem legítimos talentos, como não são raras as que apenas pagam de uma duvidosa ou aparente disposição, sem nenhum outro dote literário que verdadeiramente as distinga.



A leitura das Nebulosas causou-me a este respeito excelente impressão. Achei uma poetisa dotada de sentimento verdadeiro e real inspiração, a espaços de muito vigor, reinando em todo o livro um ar de sinceridade e modéstia que encanta, e todos estes predicados juntos e os mais que lhe notar a crítica, é certo que não são comuns a todas as cultoras de poesia (Assis, 1872, p. 5. 030-5.031).

No trecho destacado, Machado de Assis confessa hesitação e temor ao abrir um livro de autoria feminina. O argumento crítico revela não apenas um preconceito escancarado em relação à escrita de uma mulher, mas, ainda, uma ideia pertencente à estrutura patriarcal que não permitia o pleno desenvolvimento intelectual das mulheres e, por conseguinte, a escrita de autoria feminina careceria de qualidades e excelências acessíveis aos homens, dotados de recursos como a educação formal de qualidade, bem como a permissão para frequentar a sociedade, deslocar-se pelo espaço público, cafés, bibliotecas, livrarias, editoras, enfim, locais onde o debate e a construção do conhecimento se desenvolviam.

Narciza Amália foi lida, comentada e mencionada na Europa (França e Alemanha), Estados Unidos, Chile e Peru. Segundo aponta extensa pesquisa empreendida por Bruno Costa em **Narciza Amália, poeta da liberdade** (2024), Narciza Amália foi lembrada e citada pelo jornal **La Fronde** (1898), dirigido por Marguerite Durant, e pela revista **Mercure de France** (1901), em artigo sobre a poesia brasileira escrito por Figueiredo Pimentel, que cita, dentre as “femmes de lettres”, Francisca Júlia da Silva, Júlia Cortines, Júlia Lopes de Almeida, Adelina Lopes Vieira, Aurea Pires, Narciza Amália, Julieta Monteiro, Elvira Gama e Zalina Rolim. Na Alemanha, a obra **Aus Portugal und Brasilien** (1250-1890), publicada em 1892 por Wilhelm Storck, apresenta traduções de textos de autores brasileiros, e Narciza Amália representa a única mulher com a poesia “Fragmentos”. Nos Estados Unidos, a poeta figura na revista **Novo Mundo** (1873) de Nova Iorque e, na América do Sul, na revista chilena **Sud-America** (1873) e **Estudos Históricos Sud-Americanos**. No Peru, **El Peru Ilustrado** de 11 de maio de 1889 replica a matéria de Pedro Figueroa publicada nos **Estudos Históricos Sud-Americanos** (Costa, 2024). Para a presente discussão, chama a atenção de modo particular a publicação do jornal feminista francês **La Fronde**, que, como dissemos, cita Narciza Amália e outras escritoras e feministas do Brasil em artigo intitulado “Feminismo no Brasil” (16 de julho de 1898):

Dentre os países da América Latina, o Brasil é, sem dúvida, aquele onde as doutrinas feministas estão progredindo mais rápido.
[...] As mulheres brasileiras conseguiram um lugar de honra nas letras, mais especialmente na poesia e no romance. Entre as poetas, não po-



demos deixar de citar Zalina Rolim, Revocata de Mello, Narciza Amália, Presciliana d' Almeida, Ibrantina Cardona, etc.; entre as prosadoras, Júlia Lopes d' Almeida, Maria Emília, Josephina Alvarez (sic) de Azevedo, Flávia do Amaral, etc.

Foram fundados dois periódicos defendendo demandas feministas. Um deles tem tendências moderadas: *A Família*, o outro é mais combativo: *A Mensageira*. Este último é dirigido pela Sra. Presciliana d' Almeida. Em uma edição recente, ela publicou um artigo de Sr. Xavier de Carvalho sobre o feminismo na França. O defensor simpático do feminismo terminou seu artigo com tantos elogios entusiásticos para La Fronde, da Sra. Marguerite Durand e de suas colaboradoras, que nós gostaríamos de agradecer-lo (Costa, 2024, p. 261).

Ressaltam-se a produção literária dessa autora e o conteúdo político e disruptivo com os papéis de gênero do patriarcalismo da segunda metade do século XIX. Narciza Amália se tornou notória, igualmente, por seu viés antiescravista, que complementa e aprofunda a importância de sua atuação político-literária.

A atuação e reconhecimento transnacional do esforço sufragista da feminista e literata Josephina Álvares de Azevedo foi objeto de estudo e mapeamento em obras anteriores (Silva, 2024). Seu jornal, **A Família**, e sua peça teatral **O voto feminino** tiveram destaque em Paris, sendo acompanhados por sua vinculação à organização feminista transnacional, que publicava o jornal parisiense **Le droit des femmes**: revue internationale du mouvement féminin (1869-1891). Josephina Azevedo estabeleceu vínculos internacionais por meio da jornalista feminista Eugénie Potonié-Pierre, colaboradora esporádica em **A Família**, porém muito engajada em **Le droit des femmes**, jornal oficial da *Fédération Internationale pour la revendication des droits de la femme*, no qual Eugénie Pierre atuava (Silva, 2024).

Além disso, deve-se considerar que, em virtude dessas relações, a revista feminista **A mensageira**, fundada e dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, ganhou destaque na Europa e fez parte da exposição de Paris de 1900, como citado no número da revista de 15 de dezembro de 1889, no artigo "Literatura feminista na exposição de 1900": "É com desvanecimento que registramos o honroso pedido que nos dirigiu de Amsterdam a ilustre Dra. Aletta H. Jacobs solicitando a coleção da *Mensageira* para figurar na exposição de Paris em 1900".

O feminismo transnacional em fins do século XIX foi fruto das práticas associativas, baseadas em propostas de organização política, social e cultural de mulheres em várias partes do mundo. Exemplo notório foi a iniciativa de Aletta Henriette Jacobs Gerritsen, que, junto com seu marido, editou a



obra **La Femme et le Féminisme: collection de livres, périodiques etc. sur la condition sociale de la Femme et le mouvement féministe** (1900). Este documento fundamentou o banco de fontes primárias *Chadwyck Gerritsen Collection of Aletta H. Jacobs* com o tema geral *Women and the World*, que consiste em um arquivo digital riquíssimo sobre a história das mulheres, com jornais feministas de várias partes do mundo e recorte temporal amplo, desde 1543 até 1988. O banco foi formado a partir do final dos anos 1800, pela médica holandesa Aletta Jacobs e seu marido C.V. Gerritsen, que iniciaram uma coleção de livros, panfletos e periódicos refletindo o pleno desenvolvimento da consciência feminista e do movimento pelos direitos das mulheres. Desde então, a *Gerritsen Collection* tornou-se a maior fonte de pesquisa para o estudo da história das mulheres no mundo, e, dentre tantos periódicos importantes, encontramos nesses arquivos digitais a revista paulista **A mensageira** e o jornal parisiense com o qual, como já mencionado, Josephina Álvares de Azevedo mantinha contato, **Le droit des femmes**: revue internationale du mouvement féminin (1869-1891).

A reflexão sobre a solidariedade entre mulheres de diferentes origens e classes sociais e o aspecto transnacional dos feminismos (“*transnational feminism*” ou “*feminism without borders*”) não são uma novidade historiográfica, como podemos constatar com os estudos já consagrados de Chandra Mohanty (2003) e Inderpal Grewal (1994). E, ao mesmo tempo, *devem ser vistos com cautela*, como advertem as críticas de Audre Lorde, que colocou em pauta a ilusão feminista de uma sororidade universal (Lorde, 2019). Porém, articular a sororidade universal ao feminismo e sufragismo do século XIX, partindo do movimento de mulheres escritoras do Brasil e seus diálogos com a América do Norte e a Europa, principalmente Paris, mostra-se um desafio novo, que também lança luz sobre o desenvolvimento dos feminismos e o papel fundamental da imprensa e da literatura nesse processo de articulação e concepção de ideias e estratégias políticas. Assim, temos duas tarefas que as conexões entre o Brasil e o feminismo europeu nos ofertam, via o cruzamento de fontes da imprensa carioca e francesa: primeiro, refletir sobre a interação entre diferentes realidades sociais que defendiam a conquista de direitos femininos; segundo, localizar a participação brasileira no momento de formação de um movimento feminista global e transnacional no século XIX, reflexão que parte de um contexto micro, no âmbito da Capital Federal, e atinge um nível macro, com interações entre **A Família** e a imprensa francesa, a divulgação de iniciativas de feministas ao redor do mundo e a inspiração que as feministas buscavam divulgar nos jornais e pela literatura produzida por mulheres engajadas na luta pela conquista de direitos e cidadania.



Como argumenta Leila J. Rupp (1997), podemos pensar na criação de uma irmandade internacional surgida da multiplicidade de interesses que mulheres de diferentes nações levaram para a arena de debate e, assim, ver como a história transnacional desvenda um mundo interdependente, com interações políticas globais (Rupp, 1997, p. 5). Outro ponto interessante, a partir da contribuição de Chandra Mohanty para nossa reflexão, consiste em pensar que a explicação de um feminismo sem limitações implica em relações mais orgânicas entre as categorias interdependentes de gênero e classe social, demonstrando que romper barreiras sociais e teóricas faz parte de um pensamento epistemológico feminista que, além disso, acrescentaríamos, pode ser conferido nas fontes literárias produzidas desde o século XIX (Mohanty, 2003, p. 2).

Essa concepção constitui parte do transnacional (*transnational*) ou *global turn*, que afetou as pesquisas desenvolvidas por historiadoras dedicadas à história das mulheres, as quais também se tornaram conscientes das várias dimensões transnacionais, *senão o caráter intrinsecamente transnacional*, do movimento de mulheres desde sua emergência em fins do século XVIII. Considerando a historiografia sobre o tema, nossa entrada no movimento transnacional de mulheres no século XIX consiste, como exposto até o momento, na interlocução realizada por meio da imprensa feminista e suas publicações. Mencionamos brevemente, em seguida, jornais feministas da França, dos Estados Unidos e da Inglaterra como um espaço privilegiado de troca de informações e estratégias políticas do movimento feminista em várias partes do mundo.

Júlia Lopes de Almeida (Rio de Janeiro, 1862-1934) alcançou grande destaque no cenário literário nacional, sobretudo na imprensa carioca, com uma vasta produção literária composta por contos, folhetins, crônicas e artigos, muitos deles de cunho político, analisando a condição social das mulheres brasileiras em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Apesar de uma produção romanesca considerável, foi necessário um movimento de redescoberta dos escritos e da importância da produção literária de Júlia Lopes de Almeida, que, como tantas outras suas contemporâneas, sofreu com o apagamento do cânone literário nacional ao longo dos anos. Notável esquecimento, no caso de Almeida, que vivenciou com intensidade o fim do século XIX e o início do século XX, participando ativamente de círculos intelectuais e artísticos da Corte Imperial, Rio de Janeiro, que se tornaria a Capital Federal com a Proclamação da República (1889).

Júlia Lopes de Almeida, notavelmente, transitou entre Brasil e Europa, desde as suas contribuições para os almanaques portugueses, até a edição do seu romance **Memórias de Martha**, em Paris.² Nos chama a

2. **Memórias de Martha**, publicado em folhetins na **Tribuna Liberal**, Rio de Janeiro, entre 03 de dezembro de 1888 e 18 de janeiro de 1889 e, posteriormente, em livro, com duas edições publicadas ainda em vida pela autora: a edição da Editora Casa Durski de Sorocaba, interior de São Paulo (1899), e, outra, impressa em Paris, pela Livraria Francesa e Estrangeira Truchy-Leroy (s.d.).



atenção, para nosso objetivo, a publicação **Maternidade** (1925), que foi dedicada à editora Olivia Herdy e “às minhas amigas e consórcias da ‘Bibliotheca del Consejo Nacional de Mujeres de la Republica Argentina’, cuja ação altamente educativa é tão admirável; às fundadoras da ‘Asociación Damas Patricias argentinas de Santiago del Estero’ em prol da Paz Permanente no Continente Sul-Americano, ofereço este trabalho como humilde contribuição do mesmo esforço”. Tais dizeres nos remetem à questão das bibliotecas populares e da educação popular no escopo do movimento feminista em fins do século XIX e início do século XX, naturalmente alinhado com o desenvolvimento literário e sua importância para o desenvolvimento social, cultural e político.

A Bibliotheca del Consejo Nacional de Mujeres pode ser então compreendida como um legado do empenho secular de educação popular argentina, com ênfase na educação das mulheres. Ao recuperar a experiência de associativismo entre elas, desde a consideração do Consejo Nacional de Mujeres até sua filiação ao Internacional Council of Women (ICW, Washington, 1888), chegamos às redes de sociabilidade epistolar, que, como vimos anteriormente no caso das revistas **A mensageira** e **A Família**, pautaram as relações transnacionais de mulheres entre América do Sul, América do Norte e Europa. No caso da Bibliotheca del Consejo Nacional de Mujeres, houve a iniciativa de criar uma revista da biblioteca, conclamando escritoras de todo o mundo, principalmente as filiadas ao ICW (Fiebelkorn, 2025).

As trajetórias e iniciativas de mulheres nos permitem, então, traçar uma história de movimentos políticos e culturais construídos e liderados pelas próprias mulheres. Com a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935), professora e indigenista, notória no movimento sufragista brasileiro, podemos reconstruir a historicidade do movimento das mulheres feministas. Sua obra **O início do feminismo no Brasil: subsídios para a história** (1918) anunciou-se como um opúsculo que fundaria o movimento feminista no Brasil, com “um partido organizado”, como adverte a autora (Daltro, 2021).

Como podemos afirmar até o momento, várias mobilizações e muito dessa história aconteceu anteriormente à data de 1918, mas ainda precisamos escrever e reescrever muitas histórias entre 1852 e os anos 1920 e 1930. Sabemos que os marcos desses movimentos de mulheres foram esquecidos e escamoteados, juntamente com suas obras, conquistas, derrotas e trajetórias políticas e intelectuais. Nossa contribuição consiste em apontar a historicidade de um movimento político, cultural e social brasileiro e, notavelmente, transnacional, com base e desenvolvimento por meio da expressão escrita e da literatura veiculada por meio de jornais e redes de interlocução social.



Um ponto teórico de relevância são as histórias literárias e os embates contra a formação do cânone literário nacional. As histórias literárias com enfoque feminista buscam mitigar as desigualdades observadas nas histórias literárias hegemônicas e “clássicas”. Exemplos mais atuais são: **Escritoras silenciadas**: Narcisa Amália, Júlia Lopes de Almeida, Albertina Bertha e as adversidades da escrita literária de mulheres (2022), de Anna Faedrich, e **Por uma história feminista da literatura brasileira**, volumes I e II (2024), coletânea de artigos de pesquisadoras brasileiras abordando vários aspectos da produção literária de mulheres de diferentes lugares do país entre os séculos XIX e XX. Destacamos também os esforços em considerar os escritos não-literários de mulheres como contribuição para as ciências humanas, tais como os estudos presentes na coletânea editada por Silvina Cormick, **Mujeres intelectuales en América Latina** (2022) e **Clássicas do pensamento social**: mulheres e feminismos no século XIX, organizado por Verônica Toste Daflon e Bila Sorj (2021).

Desafios metodológicos

Ignez Sabino escreveu em sua obra **Mulheres Ilustres do Brasil** (1899) sobre o esquecimento tão abrupto e desrespeitoso da obra e da trajetória literária da escritora e amiga Délia, pseudônimo de Maria Benedicta Câmara Bormann, logo após seu falecimento (Sabino, 1899, p. 191-192). As trajetórias apagadas indicam que as mulheres têm duas mortes. A física, que ocorre inevitavelmente a todos, e outra, imposta às vezes postumamente, muitas vezes ainda em vida, de suas obras, contribuições e trajetórias intelectuais e artísticas. José de Souza Martins (Martins, 2022), em biografia sobre a poeta Francisca Júlia da Silva³, explora essas mortes que acometem de modo sistemático a produção literária de mulheres brasileiras, sobretudo nos séculos XIX e XX. O caso da poeta paulista se mostrou emblemático devido ao grande destaque e projeção de sua produção poética na literatura nacional de fins do século XIX e início do século XX.

Em sua estreia na imprensa paulistana, Francisca Júlia sofreu com críticas negativas que buscaram anular a importância e a qualidade de sua contribuição literária. Como demonstra o breve percurso dos textos críticos publicados à época e os comentários que se seguiram, os ataques foram brutais. Francisca Júlia recorda em carta a sua recepção crítica:

3. “Não é este, pois, um livro de sociologia da literatura, mas de sociologia da biografia. Tomo como referência a peculiaridade de uma pessoa que se expressa sobre a vida por meio da poesia, de elaborada visão estética do mundo” (...) (Martins 2022, p. 90).



Quando publiquei a minha primeira poesia, uma balada à antiga, um dos nossos poetas, Severiano de Rezende, que, falemos a verdade, nunca fez bons versos, me dedicou algumas linhas pela imprensa, em que me aconselhava a que não escrevesse mais versos, e terminava assim, se me não falha a memória: “Minha senhora, há ocupações mais úteis: dedique-se aos trabalhos de agulha”. E’ inútil dizer que não aceitei o gentilíssimo conselho... (Fleiuuss, 1919, p. 52-53).

Em sua primeira recepção, Arthur Azevedo, José Severiano de Rezende e João Ribeiro, que posteriormente escreve o prólogo à obra **Mármore**s de Francisca Júlia, não endossam o fato de que as poesias publicadas tenham sido de lavra feminina. Ou seja, após a tentativa frustrada de deslegitimar a qualidade dos versos, descreem da autoria deles, em virtude da qualidade literária apresentada, e sem poder refutá-la, tratou-a como produção de lavra masculina. Para a publicação de seus versos remetidos ao periódico **O Álbum** de Arthur Azevedo, afirmou-se, também, que Azevedo não acreditou que era uma produção de mãos femininas (Ramos, 1961, p. 1). Finalmente, após as tentativas de questionamento da autoria feminina da obra de Francisca Júlia, ocorreram estratégias de aceitação e, posteriormente, de *masculinização* (Samyn, 2019) da sua escrita. Em 1893, no **Correio Paulistano**, aceitou-se a autoria feminina das obras de Francisca Júlia, qualificando a própria autora como jovem e bela, em comparação com Ignez Sabino, que seria uma poeta não-bela. Portanto, ao lado da publicação do poema “Inverno” assinado por Francisca Júlia da Silva, a coluna “Berlinda” a apresentava aos leitores da folha, em um diálogo que pretendia ser divertido:

Vou descrever-te um rápido perfil de d. Francisca Julia da Silva. É uma “jeune-fille”, clara, de olhos negros e límpidos a flor do rosto, beijos rosados, tez e fronte, da alvura cetinosa das camélias na frase de um poeta. Rosto oval, cabelos castanhos, estatura mediana. Mãos brancas, nervosas, finas e delicadas.

– Imaginava outra cousa... Nunca vi uma poetisa bonita e, pela sua descrição, esta é exceção.

– Não, isto não é exato. Há poetisas, mesmo em S. Paulo, que são bem bonitas...

– ...como d. Ignez Sabino, do Rio.

– Oh! Não.

– Bem. Quanto aos versos...

– É primorosa. Faz sonetos que são verdadeiros filigranas (Correio Paulistano, 1893, p. 1).

Além do estabelecimento de dois modelos de feminilidade, que já indicam questões importantes, podemos pensar na questão do distanciamento



que se pretendia delimitar entre Francisca Júlia e Ignez Sabino em função do pertencimento desta ao movimento feminista brasileiro. Tal operação estratégica da crítica literária patriarcal desde já aponta elementos que merecem atenção, bem como sinaliza fatores ao apagamento de contribuições intelectuais de mulheres ao longo do tempo. Como exemplo, podemos também recorrer ao prefácio da obra **Mármore**, coletânea de poemas escritos por Francisca Júlia, publicado em 1895. O prefácio foi escrito pelo reconhecido crítico literário João Ribeiro, que recupera o percurso da crítica literária aos trabalhos de Francisca Júlia anteriormente publicados na imprensa em São Paulo e no Rio de Janeiro de modo disperso, e se desculpa pelo juízo literário misógino que caracterizou o conteúdo dessas críticas. João Ribeiro, em suma, apresenta o dilema que capturou a crítica literária masculina da época:

[...] Uma injusta apreciação, concluída, e mal concluída, da minha atitude crítica contra uma escritora, de talento, havia-me perfidamente criado a pequenina fama (de resto, indigna de mim) de homem selvagem que só via nas mulheres as aptidões inferiores das cozinheiras. E como o *homem é de fogo para a mentira*, no dizer do fabulista, fui logo definitivamente julgado e condenado.

Há em tudo isso uma grave injustiça.

Vivendo nessa pátria que se orgulha dos nomes gloriosos de Narcissa Amália, Adelina Vieira, Júlia Lopes d' Almeida, Zalina Rolim e Júlia Cortines, eu sentia com ela esse mesmo nobre orgulho, e ninguém poderia acatar essa dura malevolência contra as minhas verdadeiras opiniões (Silva, 1895, p. VII-VIII).

Mas, como o próprio prefaciador admite em seguida, Francisca Júlia era superior aos poetas posteriores à geração de Raimundo Correia, Olavo Bilac e Alberto de Oliveira. Assim, teria uma obra poética que não era como a de suas colegas poetas, e poderia ser colocada em paridade com os escritores (homens). Dotada de tal poder, ela poderia reivindicar o seu lugar ao lado dos grandes poetas e, ainda, disponibilizar toda a sua potência literária à causa feminista que gerava apreensão entre os homens de letras, críticos literários defensores da ordem patriarcal.

Segundo Samyn, a resposta para tais impasses ocorreu com “uma clivagem entre a autora empírica e sua produção literária, inscrevendo-as em gêneros diversos; em outras palavras: Francisca Júlia será a autora ‘feminina’ de uma obra ‘masculina’” (Samyn, 2019, p. 52).

Não por acaso, a crítica masculina tentou realizar o mesmo com a própria Ignez Sabino, a poeta não-bela, sem sucesso a longo prazo. Sabino já era conhecida pelo público como contista, com seus **Contos e Lapidações** (1891), coletânea de contos, poemas e um artigo. Na revista feminina carioca **A Esta-**



ção, o anúncio da publicação dessa coletânea convidava à leitura as leitoras que já haviam entrado em contato com a escrita da autora, dotada de uma “pena máscula”, o que à época era considerado um tipo de escrita com vigor, cuidado e estudo, identificada como *máscula*, ou seja, próprias dos homens. Talvez, por isso, digna do reconhecimento da crítica masculina de alguns, à época; mas que, naturalmente, deixa entrever um prejuízo perverso:

Com este título acha-se no prelo, prefaciado pelo Dr. Sylvio Romero e editado pelos Srs. Laemmert & Cia., um livro da nossa talentosa colaboradora D. Ignez Sabino Pinho Maia.

Os leitores da Estação já conhecem a máscula energia de sua ativa pena e o bem dirigido caminho que ela, a cultora das Musas, a amadora musical das suas horas de ócio, dá ao seu cérebro culto, tornando-se apreciada, já pela vasta ilustração que a distingue, já pela educação esmerada que recebeu e pela modéstia com que se apresenta.

O livro é impresso por meio de assinaturas, abrindo-se as mesmas num prospecto que temos no escritório desta redação e para o qual pedimos a coadjuvação dos nossos assinantes, dando-lhes em troca mais um belo produto literário e a prova da capacidade de um bonito talento feminino (A Estação, 15 de outubro de 1890).

Em uma pequena nota crítica publicada no jornal **O Paiz**, escrita na ocasião da publicação de **Contos e Lapidações**, Ignez Sabino foi considerada uma grande prestadora de serviços à literatura nacional, não só em prosa, como também em verso, filiando-se à escola poética de Rozendo Moniz. Na prosa, Ignez Sabino foi comparada a Machado de Assis, nos seguintes termos: “o seu métier participa algum tanto do Sr. Machado de Assis” (O Paiz, 19 de julho de 1891). No entanto, Sabino também recebeu duras críticas negativas, em **O Paiz**, a coluna “Palestra” do cronista A.A. chegou a ser ofensivo, sem demonstrar o fundamento de sua opinião, baseada em leituras secundárias do romance:

Eu estava prevenido contra e a favor das *Lutas do Coração* – contra por J. dos Santos, o avisado crítico d’*A Notícia*, e a favor, por Alceste, o engraçado folhetinista do *Jornal do Commercio*, que apontou à autora um lugar de honra entre os nossos escritores honestos.

Inclino-me para a opinião de J. dos Santos, porque em literatura- que diabo! – não basta ser honesto: são imprescindíveis outras qualidades que absolutamente falham em D. Ignez Sabino. De que vale ser honesto ao escritor que não sabe manejar a sua língua, ignorando muitas vezes a própria significação dos vocábulos? (O Paiz, Rio de Janeiro, 01 de abril de 1898).



Como se pode observar, o texto é curtíssimo e nada aponta, como, por exemplo, uma citação do livro de Ignez Sabino, que sustente a sua opinião crítica sobre a obra da escritora. A destacada atuação literária de Ignez Sabino, praticamente (ou completamente) esquecida atualmente, sofreu muitos ataques e tentativas de deslegitimação por parte da crítica contemporânea, como nos casos acima citados, e na própria tentativa de comparação com Francisca Júlia. Com a grande atuação literária e feminista de Ignez Sabino, estudada por nós durante pesquisas anteriores, as estratégias de apagamento e exclusão se percebem como adotadas por uma crítica literária escrita por homens que pretendiam sustentar uma ordem patriarcal e hierárquica perversa com as escritoras, justamente as mais combativas.

Considerações finais

Esperamos ter contribuído para o debate historiográfico e fortuna crítica sobre o cânone literário, apontando elementos importantes da crítica literária produzida nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX em diante, que, como apontam nossas leituras preliminares, foram responsáveis pela exclusão da produção literária de mulheres, devido, justamente, ao conteúdo e trajetórias de intelectuais alinhadas à luta pela igualdade de direitos e participação nos movimentos feministas nascentes no Brasil e, em outros países, com a consideração do caráter transnacional do movimento político-literário de mulheres nos séculos XIX e XX. Nossa interpelação, para além de questionar a ausência das mulheres intelectuais na maioria dos estudos dedicados à análise da relação entre literatura e atuação política em fins do século XIX e início do século XX, se dá no sentido de suscitar um debate sobre a profunda experiência de marginalidade diante de anseios e projetos políticos forjados pela literatura nacional, vivenciada pelas escritoras brasileiras, que além de terem utilizado a literatura e a escrita jornalística como forma de manifestação política, experimentaram a interdição e a exclusão em várias esferas da sociedade de forma muito violenta.

Referências

ABREU, Márcia (org.). **Romances em movimento**: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

A Estação, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1890.

ALMEIDA, Júlia Lopes. **Maternidade**. Rio de Janeiro: Editora Olivia Herdy, 1925.



- ASSIS, Machado. "Nebulosas". **Semana Ilustrada**. Rio de Janeiro, n. 629, 29 de dez 1872.
- BRIGGS, Ronald. *The Moral Electricity of Print: Transatlantic Education and the Lima Women's Circuit, 1876-1910*. Nashville, Vanderbilt University Press, 2017.
- CORMICK, Silvina (org). **Mujeres intelectuales en América Latina**. Buenos Aires: S.B, 2022.
- Correio Paulistano**: orgam republicano. São Paulo, 04 de junho de 1893.
- COSTA, Bruno. **Narciza Amália, poeta de liberdade**. São João da Barra, Rio de Janeiro: Foz Cultura, 2024.
- DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila (orgs). **Clássicas do pensamento social**: mulheres e feminismos no século XIX. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- DALTRO, Leolinda de Figueiredo. **O início do feminismo no Brasil** [recurso eletrônico]: subsídios para história / Leolinda Daltro; introdução, notas e posfácio de Elaine Pereira Rocha. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. – (Coleção vozes femininas).
- FAEDRICH, Anna. **Escritoras silenciadas**: Narcisa Amália, Júlia Lopes de Almeida, Albertina Bertha e as adversidades da escrita literária de mulheres. Rio de Janeiro: Macabéa, 2022.
- FIEBELKORN, A. Una biblioteca para el Consejo Nacional de Mujeres de Argentina: prácticas, agentes y producción de conocimientos en su trayectoria inicial (1903-1910). *Acervo*, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 1-19, 2025.
- FLEIUSS, Max. **Páginas brasileiras**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.
- GREWAL, Indepal; KAPLAN, Caren. **Scattered hegemonies**: postmodernity and transnational feminist practices. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MARTINS, José de Souza. **As duas mortes de Francisca Júlia**: a Semana antes da Semana. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- MOHANTY, Chandra. **Feminism without Borders**: decolonizing theory, practicing solidarity. Durham, NC, and London: Duke University Press, 2003.
- MUZART, Zahidé L. A Questão do Cânone [S. l.], **Anuário de Literatura** 3, p. 85-94, 1995.
- O Paiz**, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1891.
- O Paiz**, Rio de Janeiro, 01 abril de 1898.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- RUPP, Leila J. **Worlds of women**: the making an international women's movement. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- SABINO, Ignez. **Mulheres Ilustres do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899.



SAMYN, H.M. Da “poetisa bonita” à “ máscula autora”: sobre a generificação de Francisca Júlia. **MISCELÂNEA** (ASSIS. ONLINE), v. 25, p. 39-60, 2019.

SILVA, Francisca Júlia. **Mármore**. Rio de Janeiro: Horário Belfort Sabino, 1895.

SILVA, Laila Thaís Correa e. **Josephina, Ignez e Délia**: a literatura combativa das mulheres de letras no Brasil de fins do século XIX. Londrina: Eduel, 2024.

RAMOS, Péricles Eugênio da Silva. Introdução. In: JÚLIA, Francisca. **Poesias**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1961.

